



IDOSO

//NOTÍCIAS DA IMPRENSA

Ex-diretora de asilo é presa por fraudar conta bancária de idosos

Mãe e filha foram detidas em operação do Ministério Público

Fonte: R7 Notícias – não encontrado – 01/11/2015

A denúncia do filho de um idoso que teve o cartão bancário fraudado levou o Ministério Público a prender mãe e filha por golpes em Nanuque, no Vale do Mucuri. Ambas foram detidas em Nova Viçosa, na Bahia. Outros nove suspeitos são investigados.

A mãe usava a posição como diretora de uma instituição para idosos, a Lar Sagrado, para desviar dinheiro dos acolhidos, alguns até com deficiência mental. Ela fundou a casa em 2002 e foi afastada do cargo em junho de 2015.

As suspeitas faziam os idosos assinarem procurações dentro do lar e, com a documentação em mãos, procuravam as agências bancárias para sacar os recursos.

O MP solicitou ao INSS o histórico de operações e descobriu que as suspeitas teriam feito até empréstimos consignados em nome das vítimas. A quebra de sigilo bancário e a interceptação telefônica, autorizadas pela Justiça, também ajudaram o MPMG a comprovar que os empréstimos eram realizados de forma criminosa e organizada.

De acordo com a Promotoria de Justiça de Nanuque, uma das mulheres presas, presidente da Instituição de Idosos Lar Sagrado, juntamente com familiares e a secretária da instituição, pegava documentos dos idosos e se aproveitando da ingenuidade das vítimas, seja pela avançada idade ou pela condição de saúde, formulavam procuração pública outorgando plenos poderes para movimentar e encerrar contas correntes, emitir e endossar cheques, requisitar talões de cheques, receber quantias, benefícios, fazer e renovar cadastros e assinar declarações.

Segundo o MPMG, valendo-se da condição de presidente do Lar Sagrado e com auxílio de alguns dos denunciados, a presidente induzia os idosos a assinarem os contratos sem que soubessem do teor das cláusulas e, para os analfabetos, colocavam suas digitais.

O valor total desviado ainda não foi divulgado pelo Ministério Público.

Saúde dos idosos terá impacto crescente no Orçamento

Envelhecimento da população vai exigir do Estado depauperado gastos crescentes com geriatras, cuidadores, mais leitos e outras medidas.

Fonte: O Globo – Editorial – 01/11/2015

A crise política e econômica mergulhou o país na compreensível ânsia por soluções rápidas para problemas urgentes. É preciso recuperar o mais rapidamente possível um mínimo de governabilidade e estancar a recessão que castiga os brasileiros. Tais objetivos imediatos, no entanto, não tiram da pauta a necessidade de planejamento de longo prazo para evitar estrago ainda maior nas contas públicas — que estão no cerne do drama atual — e novos sacrifícios à população. Enquadra-se nesse caso o impacto do envelhecimento da população no sistema público de saúde, que vai exigir do Estado gastos crescentes com geriatras, cuidadores, novos leitos e outras medidas.

Em artigo publicado no GLOBO, o professor da UFMG Cássio Turra, presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, alerta para a urgência de uma agenda além das questões previdenciárias, incluindo a transição demográfica em diversos pontos: “Entre eles, estão: o crescimento dos gastos com os sistemas de saúde pública e complementar; a demanda crescente por cuidados de longa



Prezado(a),
para preservar as informações contidas no periódico,
é necessário estar logado na intranet para carregar os links.

ÍNDICE

IDOSO

Notícias da Imprensa	fl.01
Notícias do Judiciário	fl.03
Notícias do Legislativo	fl.04

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Notícias da Imprensa	fl.05
Notícias do Judiciário	fl.10
Notícias do Legislativo	fl.11
Institucional	fl.13

EXPEDIENTE

Centro de Apoio Operacional das
Promotorias de Justiça de Proteção
ao Idoso e à Pessoa com Deficiência

Av. Marechal Câmara, 370 - 6º andar
Centro - CEP 20020-080
Telefones: 2215-6326 | 2215-6112
E-mail: caoidosopdef@mprj.mp.br

Coordenador
Luiz Cláudio Carvalho de Almeida

Subcoordenador
Rafael Luiz Lemos de Sousa

Servidores
Alexandre Cavassoni Rosa
Thaiza Marques de Miranda e Silva
Rodrigo Firmino da Silva
Rosemary Rodrigues Cruz

Estagiários
Gabriel Rodrigo Quinto Da Silva
Kaio Sobrinho da Silva

...

Projeto gráfico
STIC - Gerência de Portal
e Programação Visual



duração.”

É preciso coragem para enfrentar a questão desde agora — o caminho é longo —, avançando na Reforma da Previdência e no ajuste das contas públicas, assunto no qual políticos populistas preferem não tocar.

Não se pode mais admitir, por exemplo, aposentadorias de pessoas de pouco mais de 50 anos, em plena condição de trabalhar, podendo ficar na inatividade por mais de duas ou três décadas. É um peso que o Orçamento não suporta.

Segundo Turra, considerando-se apenas o crescimento populacional e as mudanças na estrutura etária, chegaríamos a 2050 com aumento de despesas com a saúde pública de 53,6% e, de receitas, de 34,7%, em relação a 2011. O gasto subiria de 3,8% para 5,5% do PIB. Ele ressalva, no entanto, que considera apenas os efeitos demográficos. Do lado da receita, o crescimento pode ser mais rápido, amenizando o problema, se ocorrerem ganhos reais de renda na economia.

Do lado das despesas, elas também poderão crescer menos ou mais, em função de mudanças na saúde da população, tecnologia, inflação médica e longevidade.

De qualquer forma, a tendência de envelhecimento da população é inexorável, assim como os gastos que ela vai exigir. E o país não pode se dar ao luxo de ficar passivo.

Para isso, no entanto, são necessários políticos com olhar além da próxima eleição e governantes com visão de estadista — algo quase impossível num momento em que a luta política se pauta pela sobrevivência no cargo e são incertas as alternativas para sair da crise. Certo apenas é que a conta salgada dos gastos com a saúde dos idosos virá, podendo alimentar crises ainda mais graves que a atual. Planejar, portanto, é essencial.

Projeto arrecada doações e realiza atividades em asilos de Uberlândia

‘Seja diferente, faça um idoso feliz’ também oferece serviços para idosos. Próxima visita a asilo deve acontecer no dia 5 de dezembro.

Fonte: G1 Triângulo Mineiro – Marcelo França – 03/11/2015

Integrantes do projeto ‘Seja diferente, faça um idoso feliz’ estão se preparando para mais uma visita a uma instituição que acolhe idosos em Uberlândia. A busca por doações já começou. Eles esperam arrecadar material de higiene e produtos que possam ser utilizados pelos idosos. A entrega de tudo que for arrecadado está programada para o próximo mês, quando os idosos também receberão atendimentos de saúde e beleza.



José Roberto conta com o apoio de familiares e amigos (Foto: Divulgação/Divulgação)

O projeto é encabeçado pelo estudante de Relações Internacionais, José Roberto Matias, de 18 anos. A ação teve origem quando o jovem, que arrecada brinquedos para crianças desde os 13 anos, perceber que os idosos não recebem tanta atenção nas campanhas de fim de ano.

“Depois de pesquisar, vi que não tem muitos projetos voltados para idosos. Na época do Natal, a gente vê muita ação voltada para crianças, mas não para idosos. Esse ano, a gente decidiu fazer algo para os idosos”, explicou.

A primeira ação do projeto foi no Asilo São Lucas, no dia 3 de outubro. Os idosos ganharam diversos materiais e receberam atendimentos de profissionais voluntários, como dentistas, enfermeiros e manicure. Também com a ajuda de familiares e amigos, o projeto levou animação para o asilo. “Fizemos quase que um carnaval, com marchinhas. Foi uma experiência única”, comentou José Roberto.

A segunda visita está marcada para o dia 5 de dezembro. De acordo com José Roberto, há um asilo para o qual ele quer levar as doações, mas as atividades ainda não foram confirmadas. A definição ocorre nos próximos dias. Mesmo assim, as doações podem ser entregues na Rua Prata, nº 949, no Bairro Aparecida, enquanto não são criados outros pontos de arrecadação.

Já os voluntários devem entrar em contato com José Roberto, pelo telefone (34) 99283-7408. Quem quiser se informar mais sobre o projeto, pode visitar o [blog do projeto](#) ou a [página no Facebook](#).

Jogos on-line ajudam idosos nas tarefas diárias, diz estudo

Games que estimulam memória e raciocínio trazem benefícios para maiores de 50 anos

Fonte: O Globo – não encontrado – 03/11/2015

RIO — Simples jogos on-line, que estimulam a memória e o raciocínio, trazem benefícios para as tarefas do dia a dia entre pessoas com mais de 50 anos. É isso o que mostra estudo conduzido pela King's College, em Londres, com cerca de 7 mil voluntários, durante seis meses. Eles foram divididos em dois grupos, sendo que um deles foi encorajado a jogar, e o outro, de controle, apenas a fazer buscas na web.

Os pesquisadores realizaram testes cognitivos no início, após os três primeiros meses e ao fim do experimento, para detectar qualquer diferença entre os grupos. E a conclusão foi que aqueles que jogaram videogames mantiveram suas habilidades cognitivas melhor do que os outros.

O treinamento era de ao menos 10 minutos por vez, na frequência que eles desejassem. Os benefícios começaram a aparecer entre os que jogavam ao menos cinco vezes por semana. E entre pessoas com mais de 60 anos, os resultados foram mais relevantes.

— Treinamento on-line do cérebro está se tornando uma indústria milionária, e estudos como esse são vitais para nos ajudar a compreender o que esses jogos podem ou não fazer — disse Doug Brown, pesquisador da Sociedade do Alzheimer, em entrevista à BBC. — Apesar desse estudo não ter sido longo o suficiente para testar se o treinamento do cérebro pode prevenir o declínio cognitivo ou a demência, nós estamos empolgados em ver que ele tem impacto positivo em como as pessoas mais velhas realizam tarefas essenciais do cotidiano.

Para pessoas mais jovens, o mesmo teste já foi conduzido e não apresentou nenhuma vantagem. Agora, os pesquisadores vão iniciar um teste de longo prazo para tentar responder a questão sobre a eficácia dos videogames para prevenir o desenvolvimento da demência.

Espaço de convivência melhora a qualidade de vida de idosos

Centro em Porto Alegre oferece diferentes atividades como expressão corporal, oficinas, além de acompanhamento médico e alimentação balanceada.

Fonte: G1 – Como Ser? – 21/11/2015



Em Porto Alegre existe um espaço inteiramente dedicado à terceira idade, recebendo-os de segunda a sexta. O Centro do Idoso Nascer do Sol é um lugar de convivência, que protege os idosos e oferece atividades variadas como expressão corporal, oficinas, além de acompanhamento médico e uma alimentação balanceada.

Neste lugar, que Hilda Silveira conheceu Lia Bobecian, uma professora aposentada. A primeira sempre teve o sonho de aprender a ler e escrever. Já a segunda, nunca perdeu a vontade de ensinar. Ambas se encontraram no espaço de convivência e decidiram dar um grande exemplo de vida.

No Centro do Idoso Nascer do Sol, Hilda está sendo alfabetizada pela professora Lia, que resolveu ministrar uma oficina para outras idosas e idosos que também desejavam aprender a ler e escrever.

— Meu pai sempre dizia, que o cabo da enxada era o lápis, e a terra era o caderno. Então, a minha vontade sempre foi de aprender a ler e escrever e, assim, nunca mais ser passada para trás por ninguém. Esse é o primeiro passo. Mas também quero aprender a fazer contas para não depender de mais ninguém — deseja Hilda.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Niterói fiscaliza vagas para idosos e deficientes

NitTrans multa veículos sem o cartão obrigatório.

Fonte: O Globo – Paulo Roberto Araújo – 23/11/2015

NITERÓI — As reclamações dos idosos surtiram efeito. A Niterói Transporte e Trânsito (NitTrans) promete intensificar a fiscalização e melhorar a sinalização das vagas especiais destinadas a eles e a deficientes físicos. O trabalho já começou. Como resultado de 17 dias da operação “Acessibilidade total”, executada por agentes da NitTrans para reprimir infrações e detectar problemas na sinalização de vagas nas ruas do Centro e de Icaraí, foram multados 33 veículos que estavam sem o cartão de identificação de idosos e deficientes. Outros 19 estavam com o documento vencido, incluindo quatro emitidos por outros municípios.

O presidente da NitTrans, coronel Paulo Afonso, informa que dois agentes percorrem o município diariamente, numa viatura, para se certificarem de que o uso das vagas está sendo feito de forma correta.

Hoje existem, demarcados, 86 espaços exclusivos para idosos e 53 para deficientes físicos.

— O grande problema é a falta de educação dos motoristas que desrespeitam uma lei federal. Se a multa não for suficiente para liberar a vaga, o veículo que estiver ocupando o espaço irregularmente será rebocado — alerta Paulo Afonso.

MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO

No relatório que apresentaram no fim da operação “Acessibilidade total”, agentes apontaram a necessidade de melhorias na sinalização das vagas. Na Rua Almirante Teffé, no Centro, duas placas antigas precisam de substituição. Já na Pereira da Silva, em Icaraí, eles identificaram que a marcação horizontal sequer existe.

O presidente da NitTrans diz que os agentes concluíram que o número de vagas é suficiente e que não há necessidade de remanejamentos. Informou ainda que está em fase de licitação a compra de novas placas de trânsito para toda a cidade.

Os motoristas infratores pagam multa de R\$ 85,13 e perdem cinco pontos na carteira de habilitação. Têm direito a vagas de idosos maiores de 60 anos. Basta apresentar a identidade na NitTrans, na Praça Fonseca Ramos, ao lado da rodoviária. Os deficientes devem levar laudo médico. Informações pelo telefone 2621-5558 ou no site nittrans.niteroi.rj.gov.br.

//NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

Obrigação de vaga em UTI a idoso é inconstitucional

Fonte: JusBrasil – 05/11/2015

O Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios julgou procedente a ação, e declarou a inconstitucionalidade da Lei Distrital 5.473, de 23 de abril de 2015, com efeitos ‘ex tunc’ e eficácia ‘erga omnes’.

A referida lei “assegura ao idoso internado nos hospitais da rede pública e privada do Distrito Federal o direito a vaga em unidade de tratamento intensivo”.

O MPDFT ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, argumentando que a referida lei seria formalmente inconstitucional, por vício de iniciativa, por tratar de matéria referente à administração e funcionamento de órgãos da Administração Pública do Distrito Federal, tema da competência privativa do Chefe do Poder Executivo distrital. Segundo o MPDFT, a lei também seria materialmente inconstitucional, por afrontar o princípio constitucional da razoabilidade.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal se manifestou pela constitucionalidade da lei.

O Governador do Distrito Federal e a Procuradora-Geral do Distrito Federal se manifestaram pela inconstitucionalidade em razão de jurisprudência pacífica sobre o tema.

Os desembargadores tiveram entendimento no mesmo sentido do MPDFT e declararam a inconstitucionalidade da norma por unanimidade.

Processo: ADI 2015 00 2 017690-0

CPTM terá de pagar R\$ 10 mil a idoso que caiu ao ser empurrado em estação

Fonte: Consultor Jurídico – 22/11/2015

A 37ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo aumentou a indenização por danos morais que a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos deve pagar a um homem de 71 anos. Ele foi empurrado por outros passageiros e se machucou em uma estação de trem. A empresa deverá pagar R\$ 10 mil, mais a correção monetária.

A decisão de primeiro grau condenou a CPTM ao pagamento de R\$ 5 mil. O idoso apelou argumentando que foi socorrido pelos próprios passageiros, porque não havia funcionários da empresa no local. A companhia, por sua vez, também interpôs recurso e alegou que autor não atendeu às regras de segurança e que outros usuários “desrespeitaram as regras mínimas de convivência”.

Para o desembargador Israel Góes dos Anjos, relator da apelação, “ficou demonstrada nos autos a falha na prestação do serviço de transporte, que deve ser feito de forma segura e com qualidade, seja com maior fiscalização, seja com implantação de equipamentos de segurança”. Com informações da Assessoria de Comunicação do TJ-SP.

Processo 0015349-77.2013.8.26.0005

//NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

Projeto que regulamenta profissão de cuidador é apoiado em audiência

Fonte: JusBrasil – 05/11/2015

Da Agência Senado

Especialistas da área de saúde apoiam o Projeto de Lei 47022/12, de autoria do Senado, que regulamenta a profissão de cuidador de idosos. Eles participaram de audiência pública promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados nesta quinta-feira (3).

Segundo dados do IBGE de 2013, 13,6% da população brasileira está acima dos 60 anos. Esse percentual equivale a 26 milhões de pessoas.

Os debatedores destacaram a necessidade de definir a atuação do cuidador de idosos, não só para uma correta atuação do profissional, mas, principalmente, para o bem estar da pessoa que está sendo atendida.

Para a coordenadora-geral de saúde da pessoa idosa do Ministério da Saúde, Maria Cristina Hoffmann, os cuidadores de idosos são necessários e fundamentais na vida dessas pessoas, devido ao nível de deterioração das capacidades motoras e cognitivas com o passar dos anos. “Com o aumento da idade, o número de pessoas com alguma limitação funcional também aumenta”, afirmou.

Regulamentação para todos os cuidadores

Hoffman destacou, entretanto, que a legalização da profissão não deve ser apenas em prol dos cuidadores de idosos, mas de todos os tipos de pessoas que sofrem algum tipo de transtorno e precisam de cuidados específicos: “Também precisamos considerar a heterogeneidade de cuidados demandados por outros grupos populacionais, como os de doenças raras ou necessidades especiais”.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) fez coro ao discurso da representante do Ministério da Saúde sobre a abrangência da regulamentação a todos os cuidadores, independente se atendem exclusivamente a

idosos ou não. “Quando nós falamos de cuidadores, estamos falando de um profissional que assegura ao outro a possibilidade dele viver com dignidade, portanto, é muito importante ampliar a lógica para além do cuidado com o idoso ou a idosa”, afirmou.

O representante do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Daniel Groisman, entende que o projeto de lei é importante para derrubar as barreiras que existem em relação aos cuidadores. “A regulamentação da profissão protege e fortalece a relação dos cuidadores e facilita a sua integração nas políticas públicas”, concluiu.

A presidente da Associação de Cuidadores da Pessoa Idosa, da Saúde Mental e com Deficiência, do estado do Rio de Janeiro, Anna Lúcia Alves dos Santos, conta que a atuação direta com essa população a fez entender a importância destes profissionais: “Eu faço esse trabalho dentro do hospital e vejo a necessidade de dar apoio psicológico, fazer a comunicação entre o paciente e a equipe médica”.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que solicitou a audiência, destacou a importância do debate, que ocorreu com o plenário lotado.

Reportagem - Vinícius Cassela

Edição - Luciana Cesar

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'

Idosos com mais de 80 anos poderão ter prioridade de atendimento

Fonte: Agência Senado – 26/11/2015

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) determina ser obrigação do governo e de toda a sociedade assegurar aos mais velhos prioridade nos serviços de saúde, educação, cultura e alimentação. O projeto de lei da Câmara (PLC) 47/2015, aprovado nesta quinta-feira (26), na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) prevê que, entre os idosos, os maiores de 80 anos devem ter um tratamento especial. A matéria vai ao Plenário.

O autor do PLC 47/2015, deputado Simão Sessim (PP-RJ), justifica que essas pessoas têm a mobilidade mais reduzida do que aquelas que ainda estão na faixa dos 60 anos. Ele destaca o aumento da expectativa de vida no país e a consequente formação de um grupo populacional com mais de 80 anos, com características de vulnerabilidade mais acentuadas, que demandam reconhecimento especial por parte do poder público.

Ao defender a proposta, o senador Sérgio Petecão (PSD-AC) disse que os maiores de 80 anos merecem cuidados especiais e proteção em lei.

— Não restam dúvidas quanto à maior fragilidade daquelas pessoas octogenárias, bem como ao fato de que elas decerto poderão contar com a compreensão daquelas outras pessoas idosas que ainda não atingiram tão significativa idade — afirmou o senador do Acre.

//NOTÍCIAS DA IMPRENSA

Casais com síndrome de Down falam da intimidade no dia a dia

Sexualidade na síndrome de Down ainda é um assunto que preocupa e assusta os pais.

Fonte: G1 – Fantástico – “Qual é a diferença?” – 30/08/2015

Nas últimas semanas, o doutor Drauzio Varella e o Breno Viola vêm trazendo um novo olhar sobre a síndrome de Down. Chegou a hora de falar de um assunto ainda considerado tabu para muitas famílias: desejo e sexualidade. Pessoas com síndrome de Down também querem namorar, casar e sonham até em ter filhos. Qual é a diferença?

Uma mulher apaixonada que não deixa o marido ficar com fome no trabalho. Quinta-feira sagrada: aqui ninguém perde a noite de sair com os amigos. E neste domingo (30), o Breno vai falar de seus planos para o futuro.

Breno foi até a Praia Grande, no litoral de São Paulo, para uma missão que muito lhe interessa: descobrir com a Ilka e o Arthur Grassi como é a vida de casado. Já vai fazer três anos que Ilka e Arthur trocaram alianças em uma igreja em São Paulo.

A Ilka e o Arthur têm entre quatro paredes a intimidade de qualquer casal. Mas a sexualidade na síndrome de Down ainda é um assunto que preocupa e assusta os pais. É preciso abertura e muita atenção porque fingir que o desejo sexual não existe pode transformar o que é da natureza humana num problema.

“Às vezes a família acaba esquecendo-se da idade cronológica e acaba tratando o filho, principalmente na fase da adolescência, ainda como criança. Ela tem uma sexualidade como outra pessoa qualquer, mas parece que fica aflorada porque ela não tem as condições de exercitar”, destaca a psicóloga Cátia Macedo.

“Isso vai sendo contido, contido e quando vem, vem que vem”, diz Maria Antônia Goulart, do Movimento Down.

Drauzio Varella: Na adolescência quando começam os bombardeios de hormônios sexuais, como você orienta os pais?

Dr Zan Mustacchi: Eu digo para eles que eles têm que orientar da forma mais normal possível, para que não haja punição vinculada com isso. Eles têm que dizer aos filhos que eles também fazem isso, mas que eles fazem isso no quarto, por isso que ele nunca viu.

Em Campinas, no interior de São Paulo, toda quinta é assim: Andrea e seus amigos escolhem um bar e se encontram para conversar, paquerar e namorar. Um terapeuta sempre acompanha o grupo nessas saídas.

Drauzio Varella: Catia, ao contrário do que muitos pensam a sexualidade se impõe, você não decide se você vai ser homossexual ou heterossexual, isso simplesmente é o desenvolvimento humano.

Psicóloga: Jovens com síndrome de Down podem ser heteros, homossexuais. A grande questão é que como isso não é trabalhado, então a gente não percebe.

Quando eles encontram o amor, não existe felicidade maior. É como se cada um virasse protagonista de seu próprio filme romântico.

Samanta mora em São Paulo, Breno no Rio. Já são quase três anos de namoro. Mas para ser feliz de verdade com a Samanta, o Breno precisou antes conquistar os pais dela.

“Ela vinha com acompanhante, antes a gente não podia dormir junto, aí tinha uma pessoa segurando vela”, conta Breno.

Denise então levou a filha para a ginecologista para encontrar o método anticoncepcional mais adequado. E a partir daí você imagina o que aconteceu. Esse é um assunto delicado para os pais dos jovens com síndrome de Down.

É muito raro encontrar pessoas com síndrome de Down que tenham tido filhos. Entre as mulheres com Down, 50% apresentam dificuldades para engravidar. Já entre os homens, o problema é mais grave, 80% deles têm baixa produção ou má qualidade dos espermatozoides.

Drauzio Varella: Quando você tem um casal onde os dois tem síndrome de Down, qual é o risco de nascer uma criança com Down também?

Dr. Zan Mustacchi: 80% de chances. Mas hoje eu digo para os pais desses indivíduos, com síndrome de Down, ele poderá lhe dar netos sem síndrome de Down, com certeza. Por quê? Porque hoje nós dominamos a técnica de fertilização pré-concepcional -in vitro. Eu analiso embrião por embrião e coloco na barriga da mãe e vai ser filho dos dois.

Drauzio Varella: E quando esses casais com Down têm filhos, quem cuida das crianças?

Dr. Zan: Habitualmente, são os avós.

Drauzio Varella: E quem cria esse menino?

Dr. Zan: Habitualmente, são os avós. Aliás, muitos avós criam os filhos, dos filhos que não tem síndrome de Down.

Breno sabe que o futuro exige responsabilidade e pés no chão. E isso nos leva ao assunto do próximo episódio: trabalho. Domingo que vem, vamos falar de capacitação profissional e do futuro. Você vai conhecer pessoas com síndrome de Down que moram sozinhas. Qual é a diferença?

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Menino autista salva vida de amiga com técnica que viu assistindo Bob Esponja

Fonte: Yahoo – Super Incrível – 11/11/2015



(Reprodução/Upworthy)

Essa vai para quem acha que as crianças aprendem apenas porcarias na televisão. Nos Estados Unidos, a vida de uma menina foi salva graças a conhecimentos adquiridos por seu colega no desenho Bob Esponja.

Autista, Brandon Williams, de 13 anos, emocionou a todos seus colegas e professores em Barnes Intermediate, que fica em Nova York, ao salvar a vida de Jessica Pellegrino. Ele foi o único a notar que a colega estava com grandes dificuldades para respirar.

No momento em que Brandon notou a dificuldade de Jessica, ela estava com pedaço de maçã entalado em sua garganta. A única reação do garoto foi desengasgar a amiga utilizando um método que viu durante a transmissão do desenho.

Tal qual aconteceu em um episódio de Bob Esponja, Brandon segurou a colega por trás, entrelaçou os braços em torno de sua barriga e a socorreu. O procedimento chamou a atenção de todos que estavam em volta e, claro, funcionou muito bem.

Apesar de não se comunicar muito com os colegas e com a professora, Brandon conseguiu transmitir que aprendeu a tática no desenho. Funcionários da escola, então, votaram que ele merecia uma medalha por sua bravura, mas o próprio garoto preferiu não ser condecorado.

Mas o ato de Brandon que acabou salvando a vida de Jessica não terminou em vão. Felizes com a atitude do colega, os outros alunos da classe organizaram uma festa e deram ao herói do dia um presente que dizia muito sobre o que haviam acabado de passar: um boneco do Bob Esponja.

Sem elevador na Ufes, cadeirante será carregada para ver filha dançar

Ufes informou que elevador foi desligado para troca e que equipe vai ajudar. Mãe disse que vai passar pelo constrangimento, mas quer acionar a Justiça.

Fonte: G1 RS – com informações de A Gazeta – 14/11/2015



Mãe quer ver espetáculo de balé da filha no teatro (Foto: Vitor Jubini/ A Gazeta)

Uma cadeirante reclama da acessibilidade ao Teatro Universitário, localizado no campus de Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória. A filha dela vai participar de uma apresentação de balé nos dias 1 e 2 de dezembro, mas o elevador do local está desativado para troca, que vai acontecer a partir do último dia da apresentação, segundo a Ufes.

A farmacêutica Patrícia Pimentel Orlette, 41 anos, teme não poder ver a filha se apresentar. “Me ligaram da escola de balé da minha filha preocupados. Disseram que receberem um e-mail da coordenadora do teatro informando que o elevador estará com as funções suspensas até o dia 15 de dezembro, o que dificultaria ou impediria o meu acesso”, contou.

Patrícia concorda que os elevadores precisam passar por manutenção para garantir a segurança dos usuários, mas se mostrou indignada pelo fato de a Ufes não oferecer outras alternativas de acessos para os cadeirantes.

Segundo Patrícia, no caso das escolas de balé, o cronograma com as atividades é fechado um ano antes das apresentações, por isso, a Ufes teria um prazo para se planejar e oferecer formas de acesso aos cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida.

“A Universidade deveria ser a precursora em oferecer acessibilidade e nos exclui. A minha filha estudou o ano inteiro para o espetáculo e eu não vou privá-la de participar devido a um problema que impuseram a mim. Vou passar pelo constrangimento de subir carregada, mas depois tomarei medidas judiciais cabíveis”, declarou.

Outro lado

Em nota, a Ufes informou que o elevador foi desativado para troca após emissão de um laudo da Prefeitura Universitária. A instituição disse que, enquanto o elevador estiver desligado, cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida serão conduzidas por colaboradores treinados, se assim desejarem.

A previsão é de que o novo elevador esteja disponível aos usuários a partir do dia 2 de dezembro.

Histórico de falhas

No mês de junho, o G1 conversou com estudantes do curso de Direito da Ufes que denunciaram falhas de acessibilidade na universidade. A turma, que tem uma aluna cadeirante, teve que ser transferida para um prédio longe das demais para que a colega pudesse frequentar as aulas. Mesmo assim, vários problemas foram constatados.



Alunos se mobilizaram em prol da causa (Foto: Naiara Arpini/ G1 ES)

Na ocasião, o Ministério da Educação (MEC) informou que o curso de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo passou por avaliação in loco em abril/2012, no âmbito do processo de renovação de reconhecimento. Entre os diversos requisitos, os avaliadores verificaram se a instituição apresentava condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Os avaliadores registraram no relatório de avaliação do referido curso que “A IES não apresenta boas condições de acesso a pessoas com deficiência. Embora o campus tenha rampas de acesso e a biblioteca tenha elevador, o prédio das salas de aula não tem nenhuma dessas instalações”.

O MPF-ES informou que há um Inquérito Civil Público (ICP) que acompanha a situação da Ufes desde 2009. Regularmente, são expedidos ofícios à Universidade pedindo pareceres com detalhes técnicos acerca do processo de adequação da universidade às normas de acessibilidade, presentes na Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.

O coordenador do Núcleo de Acessibilidade da Ufes (NaUFES), César Cunha, explicou que o núcleo reconhece as demandas da Universidade

em relação a acessibilidade e que o processo de adaptação do campus está em andamento.

“Há cinco anos a direção do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), onde fica o prédio do Direito, vem fazendo solicitações com referência à adaptação do prédio. E já existem projetos referentes a isso na Prefeitura Universitária. Os estudantes não estão desassistidos”, disse.

* Com informações de Tatiana Moura, do Jornal A Gazeta

Paratleta reclama de transporte público sem acessibilidade adequada no Rio

Integrante da seleção brasileira de bocha, Luiz Carlos ainda sofre com nas estações de trem e linhas municipais para ir aos treinos, às vésperas dos Jogos de 2016

Fonte: GloboEsporte.com – 15/11/2015

Metrô, trem, ônibus. Meios de transporte que fazem parte do dia a dia de qualquer carioca são um grande desafio para pessoa com algum tipo de deficiência. Para chegar ao seu local de treinamento todos os dias, o paratleta Luiz Carlos Ferreira, integrante da seleção brasileira de bocha, leva aproximadamente quatro horas no seu deslocamento. Sem carro, depende dos transportes públicos do Rio de Janeiro para sair de sua casa no bairro do Estácio, próximo ao centro da cidade e ir até a AETERJ (Associação de Equoterapia do Estado do Rio de Janeiro), onde treina, em Deodoro, na zona oeste. Com paralisia cerebral severa, adquirida no parto devida a falta de oxigenação no cérebro, anda com o auxílio de uma cadeira de rodas elétrica e, faltando 10 meses para os Jogos Paralímpicos do Rio, o transporte se tornou o principal obstáculo no sonho da medalha paralímpica.

- Não é em todos (os ônibus) que o elevador funciona. Como eu consigo andar, em casa eu ando com andador, quando o motorista fala que não funciona, eu subo pela escada normal e peço para que alguém suba minha cadeira. Se eu for esperar um ônibus que o elevador esteja bom, perco meu horário e acabo chegando no treino desgastado - contou Luiz, que participou do evento-teste de bocha, no Riocentro, nos dias 12, 13 e 14 de novembro.

O trajeto de Luiz começa às 10 horas da manhã, no metrô. De lá, para chegar em Deodoro, ainda pega ônibus e só chega ao seu destino às 12h45 (seu treino começa às 14h). Luiz contou que não existe ponto perto do local de treinamento e depende do seu técnico para levá-lo até o CT. Na volta para casa, novamente precisa da carona de alguém para chegar até a estação de trem.

- Eu saio do treino às 17 horas e chego em casa depois das nove. Às vezes eu preciso esperar o trem e metrô passar porque não consigo entrar de primeira, muitas vezes os vagões estão cheios. A Magalhães Bastos (estação de metrô) está fazendo obra agora, mas nenhuma das estações é adaptada. Meu maior objetivo é ter apenas um transporte para me levar de casa ao meu clube. Acabou meu treino, me levar em casa. Eu chego no treino desgastado, eu chego praticamente acabado. Imagina no verão! Lá em Deodoro é quente para caramba, eu chego lá moído, pegando ônibus no quentão. É brabeira! - contou.



Luiz Carlos Ferreira sofre com a falta de acessibilidade no transporte do Rio (Foto: Daniel Zappe/MPIX/CPB)

O interesse pela bocha surgiu há quatro anos, através da televisão. Foi seu atual treinador, Ednaldo Gomes, quem deu o empurrão que Luiz precisava para começar a praticar bocha e também foi ele quem apresentou o centro de treinamento em Deodoro. Luiz, que hoje tem 39 anos, treina com atletas de diversas categorias e de diferentes níveis de deficiência. O início dessa empreitada não foi fácil e o técnico fez o alerta.

Ele me disse na época que sabia que seria um certo transtorno para eu ir até o centro de treinamento, por ser longe e devido a minha locomoção, por causa dos transportes. Mas eu disse que era aquilo que queria para mim e cai de cabeça - lembrou Luiz, que quando não consegue ir até o local de treino, contou que treina na sua própria casa.

Apesar da pouca experiência - grande parte dos atletas de bocha iniciam no esporte ainda crianças - não demorou muito para a comissão técnica do Brasil enxergar seu potencial, e em 2013, depois de participar do carioca, foi convocado pela primeira para competir com a equipe brasileira. Pela falta de recursos, não é sempre que a seleção consegue treinar junto. Mas, de acordo com a coordenadora técnica da seleção, eles tentam fazer um encontro mensal. Quando não estão com a seleção, cada atleta depende da estrutura do seu clube para manter os treinamentos, e a questão do deslocamento é sempre um problema.

- Ele tem que sair da casa dele para treinar. O problema é da cidade, não existe uma locomoção acessível para ele sair. Como os órgãos do esporte vão em cada cidade cuidar do transporte dos atletas? Não existe um transporte razoável. Essa mentalidade tem que acabar no Brasil também, “vamos fazer algo para o atleta”. Não, é fazer para a população, uma coisa que fique para todos - indagou Márcia.

O GloboEsporte.com entrou em contato com a Empresa Olímpica do Rio e com a Secretaria Municipal de Transportes e repassou as queixas feitas pelo atleta. Em resposta, a Secretaria Municipal de Transportes disse que o bairro de Magalhães Bastos está passando por diversas obras de mobilidade para atender aos Jogos Olímpicos, e as novas construções estão sendo feitas para atender a todos os padrões de acessibilidade. No que se refere à frota de ônibus da cidade do Rio, o órgão informou que: dos 8.360 ônibus urbanos, 80% possuem elevadores para cadeirantes, incluindo toda a frota do BRT, que, atualmente, é de 332 veículos. A meta da Prefeitura do Rio é ter 100% da frota com acessibilidade até 2016.

Confira na íntegra a nota da SMT:

“O bairro de Magalhães Bastos está passando por diversas obras de mobilidade para atender aos Jogos Olímpicos. Além da reforma na estação de trem, feita pela SuperVia, uma estação do BRT Transolímpica (que vai ligar o Recreio a Deodoro) está sendo construída ao lado da ferrovia para atender aos espectadores dos parques de Deodoro. As novas construções estão sendo feitas para atender a todos os padrões de acessibilidade.

No que se refere à frota de ônibus da cidade do Rio, reiteramos que: dos 8.360 ônibus urbanos, 80% possuem elevadores para cadeirantes, incluindo toda a frota do BRT, que, atualmente, é de 332 veículos. A meta da Prefeitura do Rio é ter 100% da frota com acessibilidade até 2016.

Para se ter ideia do avanço em termos de garantir a acessibilidade ao transporte público a todos, em 2012, a frota de ônibus acessíveis era de 5.505 veículos, do total de 8.678, o que representava 63%.

É importante ressaltar que existem dois níveis de acessibilidade: o que se refere à parte interna dos veículos - que já é cumprido em 100% da frota - e à parte externa (elevadores), cujo percentual de atendimento é de 80%, conforme já mencionado. Esse é o percentual da frota operacional dos consórcios, ou seja, a frota que circula pela cidade, uma vez que 20% da frota faz parte de reserva técnica da empresa usada em planos de contingência para substituir ônibus com avarias ou em manutenção.

A substituição de ônibus antigos por veículos novos e acessíveis tem ocorrido de forma gradativa, através do processo de modernização da frota. Desta forma, o percentual de acessibilidade dos ônibus crescerá à medida que forem iniciadas novas operações do BRT, com entrada de novos veículos no sistema, e com a saída de ônibus antigos por meio da racionalização da frota de ônibus da Zona Sul da cidade que foi iniciada no dia 3 de outubro.

Outro investimento da Prefeitura na acessibilidade é o novo regulamento e código disciplinar do Serviço de Transporte Acessível Exclusivo dos táxis, destinado a atender pessoas com mobilidade reduzida, como portadores de necessidades especiais e idosos. As medidas visam assegurar o direito ao transporte àqueles que têm dificuldades de locomoção e estabelecer regras claras para o cumprimento do serviço, permitindo a fiscalização por parte do poder público.

O Serviço de Transporte Acessível Exclusivo contará, inicialmente, com 57 veículos de aluguel adaptados com plataformas elevatórias, e já autorizados pela Secretaria Municipal de Transportes (SMTR) a fazer o transporte de passageiros, respeitando-se as regras estabelecidas e a legislação vigente.

Além das plataformas elevatórias, com plantas aprovadas pela SMTR, os veículos deverão estar identificados por pintura ou adesivo como Transporte Acessível Exclusivo, e com o símbolo internacional da Pessoa com Deficiência. Os motoristas autorizados deverão ter curso especializado no transporte de pessoas com mobilidade reduzida, deverão estar aptos para operar os equipamentos adaptados às necessidades dos passageiros e conhecer técnicas de manuseio de cadeiras de roda.

Visando a ampliação e renovação da frota bem como a melhoria na qualidade do transporte acessível para as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, a Prefeitura do Rio lança ainda um pacote de incentivos para fomentar a atividade. Entre as principais modificações estabelecidas por decreto estão:

- Aumento da vida útil do veículo de 7 anos para 12;
- Redução no valor de DARM de vistoria de R\$ 816,17 para R\$ 67,90
- Direito de parada para embarque e desembarque em pontos de táxi e vagas destinadas a carga e descarga e transporte de valores;
- Direito a parada para espera de passageiros em vagas de estacionamento destinadas a portadores de necessidades especiais;
- Possibilidade de isenção tributária para aquisição dos veículos;
- Atendimento exclusivo a pessoas com mobilidade reduzida”.

*Gabriela Pantaleão, estagiária, sob supervisão de Lydia Gismondi.

‘Não temos acessibilidade ao abrir a porta de casa’, diz anã teresinense

Anões afirmam que falta acessibilidade em toda a Teresina. Audiência pública na Câmara da capital discutiu a falta de ações para anões.

Fonte: G1 PI – Catarina Costa – 17/11/2015



Grupo durante audiência na Câmara Municipal de Teresina (Foto: Catarina Costa/G1)

Como todas as demais pessoas com alguma dificuldade de locomoção, os anões reclamam da falta de infraestrutura de acessibilidade em Teresina. Calçadas desniveladas, ônibus, caixas eletrônicos e lojas comerciais não adaptadas e o preconceito são alguns dos muitos obstáculos que os portadores de nanismo enfrentam todos os dias na capital do Piauí.

Para Valricélia Martins, de 48 anos, os anões são tratados como invisíveis e não existem políticas públicas direcionadas para elas. “Há muito tempo a gente tenta alertar que o nanismo existe, mas ninguém vê. O nanismo não é tratado como deficiência, mesmo estando na lei, mas muitos consideram apenas o cadeirante, o cego. Não temos acessibilidade ao abrir a porta de casa. Aqui em Teresina temos todas as dificuldades, especialmente no ônibus, banco, supermercado, nas lojas”, afirmou ela que tem três irmãos anões.

Vanda Maria Martins, de 52 anos, irmã de Valricélia, conta que tudo em casa é adaptado de alguma forma para ela e seus irmãos, mas que na rua ocorre o oposto. “Se eu preciso subir, tem sempre um banco ali do lado. Tudo é facilitado para a gente, não chega a ser adaptado, mas damos um jeitinho. Fora de casa sinto todas as dificuldades, as calçadas, depois o ônibus, que é muito difícil de subir. Saio de casa todo dia às 6h, porque às 7h preciso entrar no trabalho, mas para pegar o transporte, preciso me arrastar”, lamentou.

O acesso ao transporte público é uma reclamação constante. O desempregado Solimar da Silva, de 65 anos, diz que a falta de acessibilidade faz o anão passar por cenas vexatórias.

“Sempre passei por muitas dificuldades, principalmente ao pegar ônibus porque o corrimão e os degraus são altos. Preciso ficar esperando o transporte que eu consiga alcançar ou esperar a boa vontade do motorista para me oferecer uma mãozinha. Quando não, preciso me sujeitar a entrar engatinhando como uma criança. É muito humilhante”, disse.

O idoso continua que os bancos não dispõem de terminais de caixas eletrônicos adaptados para anões e que terceiros acabam tendo acesso à seus dados pessoais das contas bancárias.

“Acho que todos sabem minha senha, porque não alcanço o caixa eletrônico e preciso contar com a ajuda dos outros. Aqui não tem um órgão público que tenha adaptação para os anões, até conseguir atendimento em hospital é difícil. A atendente só me vê quando abano o papel”, afirmou.

Laura Marques, que é funcionária pública concursada, contou que a dificuldade passa também pelo acesso à educação e oportunidades de trabalho. “Foi muito difícil conseguir um trabalho. Ouvi muitas vezes as pessoas falarem que eu não poderia fazer nada e o melhor seria pedir uma pensão ao INSS. Mas superei isto, hoje queria ser duas ou três Lauras para dar conta do que eu faço”, disse.

Audiência pública

A falta de acessibilidade para quem tem nanismo foi discutida durante audiência pública nesta terça-feira (17), na Câmara Municipal de Teresina.

“Existe a lei, mas ela acaba não sendo cumprida. A acessibilidade não é somente para quem tem alguma deficiência física, mas também mobilidade reduzida. Elas precisam ter acesso ao banco, ônibus, serviços públicos e até mesmo o emprego, que é dificultado pelas empresas. Espero que com esta discussão na Câmara possamos cobrar o poder público, e quem presta serviço à sociedade, a adequação para atender as pessoas com nanismo”, declarou a vereadora Graça Amorim (PTB), que propôs a audiência.

Estiveram presentes na audiência o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade-TE), a Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Piauí, e Strans.

JN mostra resultados da inclusão de alunos com necessidades especiais

Em 2003, só 29% das crianças com deficiência estavam em salas de aulas comuns. Esse número subiu para 79% em 2014.

Fonte: G1 – Jornal Nacional – 23/11/2015

Quase 700 mil crianças brasileiras com alguma deficiência estão hoje em escolas comuns. Isso significa que todos os alunos estudam juntos e com o mesmo currículo. A educação inclusiva é o tema de uma série especial de reportagens de Sandra Passarinho, que o Jornal Nacional apresenta a partir desta segunda-feira (23).

Numa visita a uma escola inclusiva pela primeira vez, a equipe do Jornal Nacional aprendeu logo uma lição de afeto: um abraço. Isabelle tem um jeito para dizer que a equipe é bem-vinda, e outras crianças também querem dizer: “Estamos aqui!”

O afeto é uma disciplina de apoio para transformar a escola num espaço para todos. E, num ambiente assim, os adultos ensinam algumas coisas e aprendem outras, que não estão nos livros.

“Todo mundo aqui é ímpar. Então, todo mundo tem que se adaptar a todo mundo. Esse é o nosso mundo, a nossa sociedade”, afirma Antônio Carlos Souza, professor de educação física.

“Ela não é uma pessoa diferente, ela é o mesmo que nós, só tem uma deficiência que tem muita gente no país que tem. É humano. Todo mundo é igual”, defende um colega da Isabelle.

A educação inclusiva começa em casa, quando os pais se convencem que é preciso criar os filhos para a vida, e não mantê-los isolados por

que têm uma deficiência. A escola comum é um ponto de partida para a criança crescer como qualquer outra e ter possibilidade de obter ganhos em sala de aula.

Pedrinho, de 8 anos, tem uma síndrome rara. Não fala, anda com dificuldades, mas se interessa pelo que está em volta. O comportamento dele melhorou depois que a mãe batalhou pra conseguir matricular o garoto numa escola municipal na Zona Sul do Rio, há poucos meses.

“Ele está me mostrando que ele quer isso, que ele quer ir pra rua, que ele quer explorar, que ele quer ir para o mundo, digamos assim. Ele era uma criança que eu o subestimava e eu não queria muito isso pra ele, porque sabia que ia encontrar algumas dificuldades. E aí vi que a escola é importante pra ele”, conta Sheila Velloso, mãe do Pedrinho.

Sheila fez até um abaixo assinado na internet para conseguir uma escola pública que tivesse um mediador para o filho, alguém para ficar com Pedrinho na sala de aula.

Nas escolas inclusivas, os alunos com deficiência têm o mesmo currículo do resto da turma. E o mediador, ou assistente, ajuda a criança com necessidades especiais nas tarefas escolares.

Na última década, os números da inclusão se multiplicaram. Em 2003, só 29% das crianças com deficiência estavam em salas de aulas comuns. Esse número subiu para 79% em 2014. A grande maioria desses alunos estuda em escolas públicas.

E os casos de sucesso estão aparecendo. Isabelle, de 9 anos, com Síndrome de Down, já reconhece os números, faz pequenas contas, escreve e lê palavras simples.

“Acho que eles são uma caixinha de surpresas. Às vezes, você acha que não está fazendo nada e quando você olha a criança já está fazendo coisas”, diz Soraya Sena, professora.

Andrea assiste ao desabrochar do filho numa escola municipal do Rio. Miguel, de 9 anos, é autista. Tem dificuldade de se comunicar e socializar.

“Nas duas escolas particulares que ele estudou, elas tinham uma vontade de ser inclusivas, mas elas não tinham a infraestrutura para isso, e não se propunham a ter. Eram só promessas. Miguel não conseguia ler, Miguel veio para cá e mal sabia escrever o nome dele todo e ele veio pra cá tem dois anos. Ele agora lê, escreve redação. Sabe o nome dele todo”, lamentou a mãe do Miguel, Andréa Barbosa de Oliveira.

“Todo mundo tem condição de se desenvolver integralmente, mas em medidas, as mais diferentes possíveis. Desafiar, sempre, para que essa capacidade se amplie”, afirma Maria Teresa Mantoan, professora.

Dandara está chegando lá, na escola onde as crianças aprendem que podem ser exatamente o que são e isso é motivo de festa.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Pais têm dificuldades para colocar filhos especiais em escolas comuns

O segundo episódio da série de reportagens sobre a educação inclusiva mostra os obstáculos enfrentados pelos pais na hora de encontrar escolas.

Fonte: G1 – Jornal Nacional – 24/11/2015

Essa semana, o JN está exibindo uma série de reportagens sobre os resultados da inclusão de crianças com necessidades especiais em escolas comuns.

O Guilherme vai feliz para a escola. O menino perdeu parte dos movimentos do corpo por causa de uma paralisia motora, mas com o

apoio dos pais, não tem obstáculo para ele.

No dia das gravações, quando chegam ao colégio, em Rolim de Moura, interior de Rondônia, não tem despedida. A mãe precisa ir junto para a aula – e foi assim durante três anos.

A mãe assumiu um dever que é da escola, ajudar o filho nas tarefas escolares. Anny ficava ao lado do Guilherme porque não havia um mediador, um professor assistente, para auxiliar o menino.

O direito a um atendimento especializado é garantido pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação e pela Constituição Federal. E agora também por uma nova lei, que vai entrar em vigor em janeiro de 2016, que torna obrigatória a presença desse profissional em sala de aula.

O Ministério da Educação não tem uma estatística específica sobre o número de mediadores para atender às crianças com deficiência.

Anny pediu uma solução à prefeitura e ao Governo do Estado de Rondônia. E levou o problema até a Justiça.

Durante o todo tempo em que a equipe do Jornal Nacional esteve na escola, Guilherme foi sempre acolhido pelos colegas.

“Quem termina primeiro ajuda o Guilherme”, conta um colega.

“A gente ajuda, auxiliando ele, tirando ele da mesa, pegando a carteira. Tem vez que a gente muda de sala”, diz outro colega do Guilherme.

Os professores também ajudam, mas muitas vezes, se sentem despreparados.

“Não tem como o professor, com 31 alunos, dar a assistência como é necessária a esses alunos”, afirma Edgar dos Reis, professor.

“Eu tenho alunos que são surdos-mudos. Não estou preparado para dar uma aula com a linguagem de sinais. Então, se tivesse o facilitador com o aluno ali, obviamente que ele iria aprender”, diz Gilson Marcos, professor.

Só três meses depois da equipe de reportagem estar na escola, a Secretaria Estadual de Educação deu uma solução temporária para o caso: uma funcionária do colégio está acompanhando o Guilherme em sala de aula.

“A informação que eu tenho é que ela trabalhava na secretaria da escola e foi remanejada pra cuidar dele, porém ela não tem qualificação. Mas está dando certo”, conta a mãe do Guilherme, Anny Ribeiro Maia Lopes.

Na turma do Guilherme, duas outras mães de alunos continuam na mesma situação, sem uma assistente, e com a vida de cabeça para baixo:

“Eu deixo minha casa lá, e o meu serviço todo fica. Bom, antes ele na escola do que eu estar lá cuidando e ninguém aqui por ele”, afirma Márcia Aparecida dos Santos, mãe do Márcio.

A Secretaria de Educação informou que vai fazer um concurso em janeiro de 2016, mas os profissionais vão ajudar apenas no deslocamento dos alunos e não nas tarefas em sala de aula.

“Eles serão técnicos de nível médio e irão exercer essa função que é cuidar do aluno no momento em que o aluno precisa ser levado para o refeitório, no momento em que o aluno precisar ir para o banheiro”, explica Fátima Gavioli, secretária estadual de Educação de Rondônia.

Enquanto isso, Guilherme sonha com o futuro: “faculdade de doutor”, conta o menino.

“O meu sonho é vê-lo receber o canudo na faculdade. Eu até fico

emocionada de falar isso, porque é meu sonho vê-lo formado. Desistir, jamais!”, diz a mãe.

Eugênia também é uma grande incentivadora do filho, que tem Síndrome de Down. Vinícius estuda no nono ano do ensino fundamental numa escola comum.

Eugênia: Quanto você tirou em Artes?

Vinícius: Nove e meio.

Eugênia: Ele tá com nota boa.

Além de mãe do Vinícius, Eugênia é procuradora da República pelo estado de São Paulo e uma defensora da educação inclusiva. Ela acha que a questão vai além da presença, ou não, do mediador em sala de aula.

“O que a gente vê é que tem muitas escolas que não querem se comprometer com esses alunos. Inclusive, essa exigência de um professor só para cuidar da pessoa com deficiência está errada, porque a escola inteira que tem que se comprometer”, afirma Eugênia Eugusta Gonzaga, procuradora da República e mãe de Vinícius.

Vemos um exemplo desse compromisso num centro de educação infantil do município de São Paulo.

O Enzo é autista e o diagnóstico dele foi feito na creche a partir da observação dos professores. Uma das funções da creche é, inclusive, ajudar os pais a reconhecerem a condição dos seus filhos, que nesse estágio da infância nem sempre é clara.

Para quem não saía do seu canto, nem queria conversa, ele já fez progressos. Aprendeu a contar até em inglês.

“Ele chama, mamãe, papai, coisas que ele não falava até pouco tempo. Foi um grande progresso. Ele é uma bênção, graças a Deus”, conta a mãe do Enzo, Zanieli Reis Vieira Lima.

“Na minha formação de pedagogia não tive esse olhar pra inclusão, esse olhar pra criança especial. Mas como professora, nós estamos sempre procurando estudar”, diz a professora Laura Paulina Ribeiro.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

//NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

Cadeirante que espera horas por ônibus adaptado deve ser indenizado

Fonte: Consultor Jurídico – 01/11/2015

Um cadeirante receberá R\$ 20 mil de indenização por danos morais devido às longas esperas por ônibus adaptado às pessoas com deficiência. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul considerou vexatório o tratamento dado pela empresa de transporte público.

O deficiente físico ajuizou ação indenizatória contra a empresa de transporte coletivo e o município de Rio Grande (RS), em decorrência de longas esperas (até três horas) por ônibus especial para cadeirantes. Em alguns casos, os veículos apresentavam adesivo de identificação especial para cadeirantes, mesmo sendo não adaptados.

A demora dos ônibus especiais, segundo o autor, fez com que ele perdesse inúmeras entrevistas de emprego, consultas médicas e

seções de fisioterapia. Em determinada ocasião, contou ter sofrido ainda com piadas e deboches dos fiscais da empresa, tendo inclusive sido empurrado e sua cabeça chacoalhada. Requereu, então, a condenação da empresa e do município ao pagamento de cem salários mínimos por indenização de danos morais.

Na Comarca de Rio Grande empresa e município foram ao pagamento de R\$ 5 mil. Todas as partes do processo apelaram ao Tribunal de Justiça, que reformou parcialmente a decisão.

O autor da ação pediu o aumento do valor da indenização por danos morais. Já o município sustentou sua ilegitimidade para responder à ação. Por fim, a empresa pediu a nulidade da sentença, sustentando também a inocorrência de dano moral.

O relator desembargador Umberto Guaspari Sudbrack decidiu pela rejeição do pedido da empresa. “Desbordam da esfera do mero dissabor as circunstâncias do caso concreto, as quais tampouco se qualificam como simples inadimplemento contratual”, afirmou o relator.

Quanto ao valor da condenação, Sudbrack considerou insuficiente o valor fixado na sentença e votou pelo aumento de R\$ 5 mil para R\$ 20 mil. Segundo ele, esse valor “repara de modo adequado o abalo decorrente da frustração do autor quanto ao longo tempo de espera para poder locomover-se, por um lado, e, por outro, dos sentimentos de impotência e de humilhação advindos da agressão sofrida”.

O relator reformou ainda a decisão quanto a legitimidade do município. Por se tratar de uma concessionária, o relator concluiu que nesse caso a responsabilidade do município é subsidiária. Sendo assim, Rio Grande só terá que pagar os danos morais somente se houve a insolvência da empresa. Os desembargadores Pedro Luiz Pozza e Guinther Spode votaram de acordo com o relator. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-RS.*

Clique [aqui](#) para ler o acórdão.

Em concurso, surdez unilateral não qualifica pessoa como deficiente, fixa STJ

Fonte: Consultor Jurídico – 06/11/2015

Portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para disputar vagas reservadas em concurso público. É o que fixa a Súmula 552, aprovada na tarde desta quarta-feira (4/11) pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

As súmulas contemplam os entendimentos consolidados nos julgamentos do tribunal. Embora não tenham efeito vinculante, servem de orientação sobre a jurisprudência firmada pelo STJ, que tem a missão constitucional de unificar a interpretação das leis federais.

Na página de Súmulas Anotadas do site do STJ, estão todos os enunciados do tribunal juntamente com trechos dos julgados que lhes deram origem, além de outros precedentes relacionados ao tema, disponibilizados por meio de links.

A ferramenta criada pela Secretaria de Jurisprudência facilita o trabalho dos advogados e demais interessados em informações para a interpretação e a aplicação da jurisprudência do STJ. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

Regra sobre perícia para candidato com deficiência em concurso de juiz é alterada

Fonte: Consultor Jurídico – 13/11/2015

A perícia médica para comprovar a condição de candidatos com deficiência será exigida apenas na terceira fase de concursos para magistratura, e não mais na primeira, como costuma ser em alguns processos. A Resolução CNJ 208/2015 altera norma anterior (75/2009) para garantir que os candidatos com deficiência possam se submeter, na mesma ocasião do exame de sanidade física e mental, à avaliação do impedimento físico, mental ou sensorial. O novo entendimento do Conselho Nacional de Justiça foi publicado na terça-feira (10/11) no Diário de Justiça.

O entendimento já havia sido ratificado pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, em agosto passado, por meio de uma liminar que conferiu esse direito a um candidato. Na ocasião, o candidato alegou, em um pedido de providências, que, durante o período de inscrições preliminares, estava sendo exigido que os candidatos com deficiência enviassem junto com os demais formulários um laudo médico comprovando a condição. Para isso, segundo o candidato, era preciso gastar dinheiro para se submeter a uma junta médica específica e envio do laudo médico pelos Correios.

O candidato não questionou a necessidade de os tribunais realizarem os exames ou perícias, mas o momento em que elas são exigidas. Para ele, o gasto é dispendioso e desnecessário, além do fato de muitas vezes o deficiente se submeter a tudo isso e não ser aprovado nem mesmo na prova objetiva seletiva.

De acordo com a Resolução CNJ 208, os candidatos classificados nas vagas reservadas às pessoas com deficiência que obtiverem nota para serem classificados na concorrência geral constarão das duas listagens, podendo fazer inscrição definitiva tanto para as vagas reservadas quanto para as gerais. Caso a comissão multiprofissional responsável pela avaliação conclua pela inexistência da deficiência, o candidato poderá continuar concorrendo aos postos não reservados, se habilitado para isso. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

//NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

Comissão aprova obrigatoriedade de tradutor de Libras em sala de aula

Fonte: Agência Câmara Notícias – Luiz Gustavo Xavier/Marcelo Oliveira – 08/10/2015

A Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou proposta que torna obrigatória a presença de tradutor e intérprete de Libras nas salas de aula dos ensinos básico e superior para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos. A medida está prevista no Projeto de Lei 1690/15.

O texto, do deputado Hélio Leite (DEM-PA), acrescenta a exigência à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) e estabelece que o profissional deverá atuar também no apoio à acessibilidade nas atividades extraescolares e em processos seletivos para cursos oferecidos na instituição de ensino.

O projeto determina ainda que o tradutor de libras seja contratado por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos.

A relatora na comissão, deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), defendeu a aprovação da proposta. “A inclusão dessa determinação na lei maior da educação pode não só atrair novos

profissionais para atuarem na área de tradução e interpretação de Libras, como também incentivar a capacitação dos profissionais que já atuam nas escolas”, disse a parlamentar.

Tramitação

A matéria, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisada pelas comissões de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'

Comissão obriga supermercado a colocar funcionário para auxiliar deficiente

Fonte: Agência Câmara Notícias – Janary Júnior/Regina Céli Assumpção – 26/10/2015

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou projeto do deputado Luiz Lauro Filho (PSB-SP) que obriga os supermercados e estabelecimentos similares a disporem de funcionários para auxiliar pessoas com deficiência e mobilidade reduzida a realizarem suas compras.

A proposta (PL 1521/15) recebeu parecer favorável da deputada Keiko Ota (PSB-SP). Ela acolheu integralmente o substitutivo aprovado em agosto na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que insere a obrigação para os supermercados na Lei de Acessibilidade (10.098/00). O projeto original propunha a criação de uma nova lei tratando do assunto.

Custo

Para a deputada Keiko Ota, a exigência beneficiará as pessoas com deficiência e não acarretará custos extras para os comerciantes, uma vez que os clientes com deficiência são minoria nos estabelecimentos. “Não há uma demanda de funcionários 100% dedicados a pessoas com deficiência, podendo eles realizar várias outras tarefas quando não houver pessoas nestas condições no estabelecimento”, afirmou.

O substitutivo acolhido pela deputada determina que os supermercados, hipermercados, varejões e estabelecimentos semelhantes tenham faixa de piso tátil na entrada para clientes até uma área plana que esteja no interior da loja.

Os supermercados que infringirem as medidas receberão multa de R\$ 2 mil, que será cobrada em dobro para aqueles que reincidirem no prazo de dois anos. A fiscalização caberá aos órgãos de defesa do consumidor.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'

Especialistas defendem redução na idade em que pessoas com deficiência são consideradas idosas

Fonte: Agência Câmara Notícias – Daniele Lessa/Luciana Cesar – 11/11/2015

Especialistas defenderam redução na idade em que a pessoa com deficiência é considerada idosa em audiência conjunta da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e da Comissão de Seguridade Social e Família. O ponto central do debate foi se uma

idade fixa deve ser determinada para a pessoa com deficiência ser considerada idosa ou se cada pessoa deve ter essa idade estipulada com base em critérios individuais e socioambientais.

Idade fixa

A doutora em medicina e coordenadora científica do Instituto APAE de São Paulo, Laura Guilhoto, explicou que a Associação Americana de Deficiência Intelectual, entidade dos Estados Unidos que realiza estudos constantes sobre a condição da deficiência, preconiza que 55 anos é a idade para ser considerado idoso dentro da realidade norte-americana.

Ela defende que uma idade específica também seja estabelecida no Brasil. “Passar por uma avaliação é colocar uma dificuldade a mais para pessoas que certamente passam por um desgaste maior com a idade. Por que vamos ser mais rigorosos e estabelecer uma avaliação, se as pessoas sem deficiência são consideradas idosas aos 60 anos sem passar por avaliação nenhuma?”, questionou a médica.

Proposição

Esse tema está sendo analisado no Projeto de Lei (PL) 1118/11, de autoria do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), o qual será votado em ambas as comissões que solicitaram a audiência. A proposta, que altera o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), estabelece a idade de 45 anos para a pessoa com deficiência ser considerada idosa. Eduardo Barbosa explicou que em 2011, os 45 anos era a idade adequada apontada pela consulta técnica. Atualmente, o deputado considera que é possível trabalhar com uma faixa etária maior que 45 anos, mas sem chegar nos 55 anos praticados nos Estados Unidos. “Hoje, no Brasil, acho que a vulnerabilidade social nos provoca a trabalhar com uma idade diferente da americana”, disse Eduardo Barbosa. O deputado defendeu, ainda, que é preciso garantir esse direito estabelecendo uma idade fixa, enquanto o Brasil não tiver estrutura para oferecer uma avaliação individual adequada.

Expectativa de vida

O diretor de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Marco Antonio Pérez, defendeu que a idade e a avaliação de funcionalidade devem ser agregadas para definir o limiar de quando a pessoa se torna idosa: “É preciso considerar que a expectativa de vida do brasileiro está aumentando nas duas faixas: de pessoas sem deficiência e com deficiência”. Ele reconheceu, no entanto, que avaliar a funcionalidade de cada pessoa esbarra no investimento público e na dificuldade de parte dos médicos de dividirem a avaliação pericial com assistentes sociais, conforme determina a legislação para a avaliação de funcionalidade da pessoa com deficiência. O diretor do Ministério do Trabalho e Previdência Social lembrou também que, desde 2013, o Brasil já regulamentou a aposentadoria especial da pessoa com deficiência no Regime Geral de Previdência Social. A Lei Complementar 142 estabelece redução no tempo de contribuição e na idade de acordo com a avaliação da deficiência em leve, moderada e grave.

O juiz federal especialista em Direito Inclusivo, Roberto Wanderley Nogueira, criticou a Lei Complementar 142, que para ele é inconstitucional. Ele explicou que o Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, um tratado que tem estatura constitucional. “A convenção não determina a gradação entre deficiência leve, moderada ou grave, e não aponta que a avaliação de funcionalidade deve ser usada para avaliar a aposentadoria”, argumentou o juiz. Roberto Wanderley, que falou também na condição de pessoa com deficiência, defendeu os 50 anos como limiar para que a pessoa com deficiência seja considerada idosa.

A relatora do PL 1118/11 na Comissão de Seguridade Social e Família, deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), mencionou que a sua preocupação ao elaborar seu relatório é garantir que as pessoas com deficiência não percam direitos por avaliações individuais das equipes de perícia. “Quando você define uma idade não se corre o risco de deixar nenhuma pessoa excluída do processo, considerando as várias realidades no

atendimento pericial no Brasil”, explicou a deputada, que pretende apresentar seu relatório em breve.

ÍTEGRA DA PROPOSTA:

[PL-1118/2011](#)

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'

//INSTITUCIONAL

MPRJ lança programa inédito para cadastro de instituições de longa permanência para idosos

Fonte: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Detalhe Notícia – 26/11/2015



MPRJ lança programa inédito para cadastro de instituições de longa permanência para idosos

O Ministério Público do Rio de Janeiro disponibilizou nesta semana o Módulo do Idoso (MID) para consulta e inserção de informações referentes a inspeções realizadas por promotores de Justiça e equipes técnicas em instituições de longa permanência para idosos.

Trata-se de iniciativa inovadora que busca criar uma ferramenta que propiciará um cadastro centralizado de todas as instituições já fiscalizadas pelo Ministério Público no cumprimento das atribuições previstas pelo Estatuto do Idoso.

O Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, Luiz Cláudio Carvalho de Almeida, esclarece que “o MID melhorará muito a forma de atuação do promotor de Justiça, pois não só criará um cadastro unificado de instituições, até então disperso entre os vários órgãos de execução, como possibilitará a elaboração de relatórios que servirão de base para detecção das falhas do serviço prestado no sistema de acolhimento de idosos”.

Por enquanto, o MID só poderá ser acessado por membros e servidores do MPRJ, mas a ferramenta permitirá um intercâmbio de informações com públicos parceiros.

Segundo Luiz Cláudio, o estado do Rio de Janeiro possui cerca de 270 instituições de longa permanência para idosos, identificadas por entidades oficiais de fiscalização e pesquisa, sem embargo da notícia da existência de abrigos clandestinos, cuja identificação normalmente só ocorre mediante denúncia da população.
